

HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo

v13, n. 2

REFLEXÕES SOBRE O CUIDADO COM AS PESSOAS QUE FAZEM USO ABUSIVO DE DROGAS NA ATENÇÃO BÁSICA

THAMILYS LOPES DE LIMA¹
EDVÂNIA DOS SANTOS ALVES²

Resumo

Esta pesquisa se propôs a discutir sobre a assistência ofertada às pessoas que são usuárias de drogas nas unidades que compõem a atenção primária em saúde. Para tanto, foi necessário identificar os conceitos relevantes à saúde mental na atenção básica, para levantar os principais obstáculos vivenciados nas práticas cotidianas da atenção básica quanto à drogadição e apontar estratégias de intervenções possíveis para o cuidado aos dependentes químicos na atenção primária. Dessa forma, foi utilizado o recurso metodológico da revisão bibliográfica integrativa, sendo classificada de cunho exploratório com abordagem qualitativa. O procedimento de coleta de dados foi colhido em fontes secundárias, como livros, artigos científicos, sites especializados, manuais, entre outros. A partir da análise de dados foi possível evidenciar a importância da temática para a educação permanente dos profissionais de saúde e a melhoria das condições de vida dos usuários, expondo os princípios norteadores do cuidado na saúde da família através de tecnologias leves e relacionais. Enfim, por meio de todo o estudo realizado e das sugestões apresentadas, observa-se a fundamental importância do diálogo constante entre a gestão, os profissionais de saúde e os usuários para o melhor aproveitamento das ações realizadas, bem como a rede precisa estar estruturada para participar adequadamente do fluxo de cuidado, buscando minimizar as angústias, medos e

1 Residente Multiprofissional em Saúde da Família pelo Fundo Municipal de Saúde de Jaboatão dos Guararapes. Residente em Saúde Coletiva com Ênfase em Gestão de Redes de atenção a saúde pela Universidade de Pernambuco (UPE) e Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE). Especialista em Saúde Mental, Saúde Pública e Dependência Química (andamento) pela Faculdade de Ciências Humanas (ESUDA). Graduada em Bacharelado de Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas (ESUDA). E-mail: thamilyspsicologia@gmail.com.

2 Doutora em Educação pela UFPE. Mestra em Psicologia Clínica pela UNICAP. Especialista em Formação e Capacitação Pedagógica pela UFRPE. Bacharelada em Psicologia pela UNICAP.

inseguranças que podem estar presentes nos profissionais de saúde de base territorial.

Palavras-chave: Saúde Mental. Drogas. Atenção Básica. Profissionais.

Abstract

This research proposed to discuss about the assistance offered to people who use drugs in the units that make up primary health care. Therefore, it was necessary to identify the concepts relevant to mental health in basic care, to raise the main obstacles experienced in the daily practices of basic care regarding drug addiction and to point out strategies of possible interventions for the care of dependents in primary care. In this way, the methodological resource of the integrative bibliographic review was used, being classified as exploratory with a qualitative approach. The data collection procedure was collected from secondary sources such as books, scientific articles, specialized websites, manuals, among others. From the data analysis it was possible to highlight the importance of the theme for the permanent education of health professionals and the improvement of the living conditions of the users. Exposing the guiding principles of family health care through light and relational technologies. Finally, through all the study carried out and the suggestions presented, it is observed the fundamental importance of the constant dialogue between management, health professionals and users in order to make the best use of the actions carried out, as well as the precise network is structured to participate adequately from the care flow, seeking to minimize the distress, fears and insecurities that may be present in health-based health professionals.

Keywords: Mental Health. Drugs. Basic Attention. Professionals.

Resumen

Esta investigación se propuso discutir sobre la asistencia ofrecida a las personas que son usuarias de drogas en las unidades que componen la atención primaria en salud. Para ello, fue necesario identificar los conceptos relevantes a la salud mental en la atención básica, para levantar los principales obstáculos vivenciados en las prácticas cotidianas de la atención básica en cuanto a la drogadicción y apuntar estrategias de intervenciones posibles para el cuidado a los dependientes químicos en la atención primaria. De esta forma, se utilizó el recurso metodológico de la revisión bibliográfica integrativa, siendo clasificada de cuño exploratorio con abordaje cualitativo. El procedimiento de recolección de datos fue recogido en fuentes secundarias como libros, artículos científicos, sitios especializados, manuales, entre otros. A partir del análisis de datos fue posible evidenciar la importancia de la temática para la educación permanente de los profesionales de salud y la mejora de las condiciones de vida de los usuarios. Exponiendo los principios orientadores del cuidado en la salud de la familia a través de tecnologías

ligeras y relacionales. En fin, por medio de todo el estudio realizado y de las sugerencias presentadas se observa la fundamental importancia del diálogo constante entre la gestión, los profesionales de salud y los usuarios para el mejor aprovechamiento de las acciones realizadas, así como la red precisa está estructurada para participar adecuadamente del flujo de cuidado, buscando minimizar las angustias, miedos e inseguridades que pueden estar presentes en los profesionales de salud de base territorial.

Palabras clave: *Salud Mental. Los fármacos. Atención Básica. Profesionales.*

* * * * *

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo, a saúde mental vem ganhando visibilidade como política pública de saúde devido a seus aspectos triviais na qualidade de vida das pessoas e de suas relações com o meio, sobretudo na área dos distúrbios psíquicos decorrentes do uso excessivo de substâncias psicoativas, sendo uma temática emergente na realidade cotidiana e retratada reiteradamente nas mídias sociais como a principal vilã da sociedade.

A abrangência do cuidado em saúde mental deve estar presente nos diversos níveis de atenção à saúde, partindo do pressuposto de que a assistência à saúde deve acontecer de modo integral. Contudo, a atenção básica enquanto ordenadora do cuidado apresenta-se como um espaço estratégico e privilegiado para oferta de práticas de saúde nos aspectos da promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos indivíduos em uso prejudicial de drogas presentes no território adscrito.

Dessa forma, na prática diária que acontece na estratégia de saúde da família, observa-se como a dimensão da saúde mental é negligenciada nas ações de saúde, além de ser alvo de discriminação e preconceito por muitos profissionais que não apresentam informações suficientes sobre o assunto.

Portanto, pretendeu-se pesquisar dados com a perspectiva de satisfazer a pergunta norteadora de pesquisa a seguir: "Como acontece o cuidado às pessoas que utilizam drogas demasiadamente na atenção básica de saúde?"

Esta pesquisa teve como objetivo geral discutir sobre a assistência ofertada às pessoas que fazem uso de drogas nas unidades que compõem a atenção primária em saúde. Para tanto, foi necessário identificar os conceitos relevantes à saúde mental na atenção básica, para levantar os principais obstáculos vivenciados nas práticas cotidianas da atenção básica quanto à drogadição e apontar estratégias de intervenções possíveis para o cuidado aos dependentes químicos na atenção primária.

A justificativa da pesquisa encontra-se no aumento excessivo de pessoas apresentando dependência química, na atualidade. Dessa forma, os profissionais de saúde da família precisam estar capacitados para atender adequadamente a essa demanda, buscando proporcionar melhor qualidade de vida a essas pessoas invisibilizadas pela sociedade. Nesse sentido, a pesquisa busca dar visibilidade e prioridade a esse assunto, dentre as políticas públicas essenciais.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi utilizado o recurso metodológico da pesquisa bibliográfica, a qual se baseia na revisão de publicações científicas e livros com relevância na área da saúde mental e drogadição. A pesquisa bibliográfica é obtida através do estudo de materiais já elaborados como livros, artigos científicos, revistas, sites especializados e manuais.

Buscando um melhor tratamento dos objetivos e apreciação deste estudo, verificou-se que o tipo de pesquisa mais adequada seria a exploratória, tendo em vista que se trata de um aprofundamento científico a partir da reflexão sobre conceitos e práticas já existentes.

Este artigo científico contém cinco capítulos. O primeiro capítulo refere-se a esta introdução; o segundo capítulo descreve a metodologia escolhida para o progresso da pesquisa; os capítulos seguintes expõem a revisão de literatura realizada. Dessa forma, o terceiro capítulo conceitua a saúde mental na atenção básica; o quarto capítulo se dedica a levantar os principais obstáculos identificados para a implementação dessa política na atenção básica e o quinto capítulo aponta as estratégias para qualificação da assistência às pessoas em uso excessivo de substâncias psicoativas na atenção básica.

2 METODOLOGIA

A pesquisa científica é entendida como uma ferramenta estratégica para a aquisição do conhecimento e sedimentação da aprendizagem. Ela busca a resolução de problemas a partir de um método de abordagem planejado e passível de replicação, o que corrobora o caráter científico da investigação (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Conforme citado acima, essa pesquisa científica teve como forma de abordagem a interpretação de dados qualitativos, pois tem como objeto de estudo a reformulação de conceitos e ideias pré-existentes. Além de apresentar como modo de análise o tipo raciocínio hipotético - dedutivo devido a sua base de estudo ser norteada pelo problema de pesquisa e relacionado às hipóteses possíveis.

A classificação da pesquisa constatada como mais adequada ao alcance dos objetivos desse estudo é a exploratória. Esse tipo de pesquisa delinea seu método para o aprofundamento de conceitos teóricos, através da reformulação de ideias sobre a bibliografia escolhida. Na pesquisa exploratória existe uma aproximação do pesquisador sobre o fenômeno, para o levantamento de informações e esclarecimento aprofundado sobre a temática.

Com relação ao procedimento de coleta de dados foi utilizada a revisão bibliográfica integrativa, que se trata de um levantamento das principais obras científicas atualizadas sobre determinado tema, buscando sintetizar os resultados relevantes colhidos em pesquisas de forma sistemática, ordenada e abrangente, tendo como instrumentos: livros, artigos científicos, periódicos, manuais, sites especializados, teses, dissertações, entre outras fontes (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008).

A partir da escolha dos instrumentos metodológicos, iniciou-se o processo de localização dos materiais mais relevantes na área, por meio de pesquisa estratificada através de requisitos preestabelecidos, sendo rastreados por palavras-chaves e descritores em sites especializados e confiáveis. Para otimização da atividade foi necessário realizar a leitura prévia dos resumos dos artigos científicos e; em seguida os textos completos; decorrente dessa seleção prévia foram utilizados os critérios de inclusão e exclusão para esse estudo.

Dessa forma, a próxima etapa foi a realização do fichamento por meio da condensação feita pelo pesquisador dos principais argumentos citados em cada material analisado. Os resumos foram examinados através da apreciação crítica, compilação, interpretação e articulação das diferentes visões e contribuições dos estudiosos com notória autoridade sobre o assunto.

Portanto, compreende-se que a trajetória metodológica escolhida realizou sua função com aproveitamento satisfatório quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos. Nesse sentido, a revisão bibliográfica integrativa foi um elemento importante para o processo reconstrutivo do conhecimento, que se destina a proporcionar qualificação do cuidado ofertado na atenção básica para as pessoas que fazem uso exacerbado de drogas, pois favoreceu o contato do pesquisador com diferentes pontos de vistas e variadas intervenções possíveis.

3 SAÚDE MENTAL E SAÚDE DA FAMÍLIA

A saúde mental pode ser compreendida como a busca constante pelo equilíbrio psíquico frente aos infortúnios vivenciados pelos indivíduos durante a vida. Apesar de apresentar uma variedade e complexidade de conceitos que perpassam muitas áreas do conhecimento, existe a compreensão de que a saúde mental vai além da noção de ausência de distúrbios mentais (AMARANTE, 2007).

Enfatizando esse pensamento, a Organização Mundial de Saúde (2001) refere que a saúde mental está muito vinculada à saúde física, possibilitando ao sujeito satisfatório exercício das capacidades cognitivas, relacionais e afetivas, além de propiciar que as pessoas encarem a complexidade pertinente ao cotidiano da vida, a produção laboral e a participação das demandas sociais.

No que tange às várias dimensões do conceito de saúde mental, Amarante (2007) relata que poucas áreas de conhecimento na saúde apresentam tanta complexidade, pluralidade e transversalidade de saberes como a saúde mental. Observa-se que suas práticas cotidianas se sobressaem no que se refere ao protagonismo da atuação multiprofissional e intersetorial, devido ao exercício do cuidado holístico importante para a eficácia dos projetos terapêuticos.

Diante desses dados, evidencia-se que os profissionais da saúde mental apresentam esse protagonismo na interdisciplinaridade decorrente dos princípios embasados na reforma psiquiátrica brasileira, na reforma sanitária e nas políticas nacionais de saúde mental e humanização. Esses arcabouços jurídicos se fundamentam contrariamente ao modelo biomédico centrado e valorizam a horizontalidade nas relações de trabalho em saúde, bem como redirecionam o foco da doença orgânica para uma dimensão multicausal influenciada por determinantes sociais da saúde.

Daí a percepção de que o campo da saúde mental serve para atuar no cuidado em saúde mental, visando compreender a partir da subjetividade humana as manifestações do sofrimento psíquico vivenciado. Esse cuidado deve ser feito de forma integral, ou seja, contextualizado em suas dimensões históricas e sociais. A partir dessa perspectiva, entende-se que a saúde mental precisa ser ofertada nas diversas esferas da assistência à saúde, já que ela exerce influência na percepção das pessoas através do autocuidado, exposição a vulnerabilidades e tratamento dos adoecimentos acometidos. (TRAJANO, BERNARDES e ZURBA, 2018).

Além disso, muitos adoecimentos físicos estão ligados a questões psicossociais. Dessa forma, entende-se que a saúde mental está presente em todas as dimensões da nossa vida. Reforçando esse entendimento, Brasil (2013, p.93) refere que "Há evidências sólidas que o sofrimento mental comum tem um impacto significativo em alguns dos mais prevalentes agravos à saúde".

É possível pensar que a saúde mental é importante para a qualidade de vida das pessoas, pois ela proporciona o empoderamento e a criação de projetos de felicidade. Por isso, a atenção básica desempenha um papel fundamental enquanto norteadora de toda rede flexível de cuidados, pois reconhece as necessidades dos seus comunitários na sua individualidade e no contexto social.

As características da atenção primária que apresentam uma continuidade do cuidado e o acolhimento das demandas provenientes dos comunitários adscritos ao território proporcionam a resolutividade e prevenção dos adoecimentos, principalmente os agravos evitáveis. Por exemplo, percebe-se como potentes as ações da equipe de saúde da família direcionadas às pessoas em uso demasiado de

drogas, porque possibilita a detecção precoce e atuação sobre os fatores de risco e proteção, individuais e coletivos.

A Atenção Básica tem como um de seus princípios possibilitar o primeiro acesso das pessoas ao sistema de Saúde, inclusive daquelas que demandam um cuidado em saúde mental. Neste ponto de atenção, as ações são desenvolvidas em um território geograficamente conhecido, possibilitando aos profissionais de saúde uma proximidade para conhecer a história de vida das pessoas e de seus vínculos com a comunidade/território onde moram, bem como com outros elementos dos seus contextos de vida. (BRASIL, 2013, p.19).

O autor deixa claro que a atenção básica é um lugar privilegiado para oferta de cuidado aos usuários, por ser a porta de entrada da rede e obter maior conhecimento sobre o contexto destes. Dessa forma, compreende-se que o bairro é o local mais indicado para cuidar do sofrimento humano, pois nele existe a implicação da família, amigos, instituições sociais e dispositivos de saúde que fazem parte do seu convívio diário.

Fica evidente, diante desse quadro, que a política de saúde mental é de suma importância para o desenvolvimento saudável da sociedade, precisando receber um olhar diferenciado e prioritário para sua implantação, monitoramento e avaliação sistemática. Na abordagem às pessoas em uso prejudicial de drogas, a atenção básica possui um papel fundamental ao proporcionar o acolhimento, a escuta qualificada, as ações de redução de danos e principalmente apontar novas possibilidades ao repertório de escolhas na vida do sujeito e da coletividade.

4 DESAFIOS AO CUIDADO DAS PESSOAS EM USO ABUSIVO DE DROGAS NA ATENÇÃO BÁSICA

Desde já, sabe-se com clareza das dificuldades a serem enfrentadas no cotidiano do processo de trabalho, por se tratar de um público-alvo despercebido e estigmatizado pela sociedade e pelas políticas públicas. Dessa forma, entende-se que os obstáculos mais relevantes se perpetuam através da falta de entendimento dos profissionais de saúde e do desmonte da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS que conduzem ao distanciamento, discriminação e negligência na oferta do cuidado.

Segundo Brasil (2013), o tema das drogas se desenvolve de forma ampla e complexa, de forma que para entendermos suas nuances precisamos suspender nossos preconceitos e ampliar o olhar, considerando as diferentes relações estabelecidas entre o sujeito, a substância e o meio em que o indivíduo está inserido.

Corroborando essa ideia Albuquerque et al (2013) afirma que a atenção básica ainda não se encontra estruturada para atender a clientela de usuário de drogas, pois os profissionais de saúde ainda são influenciados pela expressão excludente presente no discurso popular ou têm posicionamentos baseados no moralismo e no legalismo. Nesse sentido, não compreendem o problema das drogas como sendo também de saúde pública e responsabilidade de toda a sociedade. Essa atitude dificulta a resolutividade dos casos, pois contribui de forma incipiente com a atenção especializada e não atende ao princípio da integralidade em saúde previsto na legislação do Sistema único de Saúde – SUS.

Conforme verificado por Albuquerque et al (2013), muitos profissionais não se reconhecem como protagonistas desse cuidado e contribuem para o estrangulamento da rede de atenção à saúde, através do crescente volume de encaminhamentos desnecessários e inadequados. Por vezes, existe uma concepção equivocada da superespecialização do cuidado às pessoas em uso prejudicial de drogas, o que leva a acreditar que a assistência fica restrita ao CAPS - AD e ambulatórios, quando existem condições clínicas e psíquicas relevantes que precisam ser tratadas no espaço da atenção básica.

De acordo com Melo, Assunção e Vecchia (2016), muitos profissionais apresentam medo e insegurança na abordagem a usuários de drogas. Pode-se dizer que isso ocorre pelo estereótipo historicamente construído e taxado aos usuários enquadrados nas classificações nosológicas dos transtornos mentais, os quais são considerados violentos e ameaçadores. Neste contexto, fica claro que esses argumentos fracos foram usados ao longo do tempo como forma de dar continuidade às iniquidades sociais vividas por essas pessoas, que eram penalizadas ao isolamento e exclusão social. O mais preocupante, contudo, é constatar que esses pensamentos proporcionam esquiva dos profissionais no

processo de cuidado. Não é exagero afirmar que a falta de informação técnica ajuda a perpetuar essas práticas iatrogênicas.

Lamentavelmente, o esteriótipo reduz o ser humano a apenas um aspecto geralmente negativo e inviabiliza a compreensão holística do sujeito em suas potencialidades. Confirmando essa idéia, Melo, Assunção e Vecchia (2016, p. 60) dizem que: "Desse modo, o usuário de drogas passa a ser reduzido unicamente à sua condição de 'drogado', em detrimento de tantos outros predicados: seu gênero, sua classe social, seu estado civil etc."

Ora, em tese, entende-se que muitos profissionais de saúde da atenção primária apresentam resistência ao trabalho com saúde mental por pensar que se trata do acréscimo de atribuições, porém essas ações fazem parte do escopo de competências da saúde da família. Por exemplo, na visita domiciliar ou no acolhimento os aspectos da saúde mental precisam ser considerados e avaliados em todos os seus aspectos.

(...) A saúde mental não exige necessariamente um trabalho para além daquele já demandado aos profissionais de Saúde. Trata-se, sobretudo, de que estes profissionais incorporem ou aprimorem competências de cuidado em saúde mental na sua prática diária, de tal modo que suas intervenções sejam capazes de considerar a subjetividade, a singularidade e a visão de mundo do usuário no processo de cuidado integral à saúde (BRASIL, 2013, p. 11).

Daí a percepção sobre a importância do processo de qualificação e atualização contínuos para o aprimoramento das competências, porque as demandas mudam a cada dia e precisamos estar preparados para atendê-las adequadamente. Para tanto, são fundamentais a garantia de espaços individuais e coletivos de reflexão, supervisão técnica, autoconhecimento, identificação das fragilidades e oferta de cuidados aos profissionais de saúde, com o objetivo de evitar a automatização do processo de trabalho.

Diante dessas considerações, é inegável a constatação da escassez na oferta de atividades de educação permanente para os profissionais de saúde com relação à política sobre drogas. Confirmando esse pensamento, Habimorad e Martins (2013, p. 72) relatam ser imprescindível a:

(...) efetivação de programas de educação permanente para a capacitação dos profissionais de saúde da rede básica para lidar com a demanda do uso, abuso e dependência de drogas a partir de uma perspectiva de redução de danos.

Como bem nos assegura Brasil (2013), pode-se dizer que a educação permanente impulsiona modificações nas práticas de saúde. Neste contexto, fica claro que através dela existe a estimulação de atuações mais inclusivas e dentro da realidade local. O mais preocupante, contudo, é constatar que poucas instituições valorizam esse processo de capacitação progressivo. Não é exagero afirmar que organizações as quais preconizam a educação permanente no seu escopo prioritário de atividades apresentam grandes diferenciais na resolutividade de suas demandas.

É indiscutível que, para que as intervenções de educação permanente produzam as consequências desejadas, torna-se necessário analisar e concatenar as técnicas de aprendizagem mais eficazes. Na atualidade, há constatações de que as metodologias ativas apresentam melhor apreensão das informações por estarem baseadas em aprendizagens vivenciadas na conjuntura atual, de sujeitos ativos e críticos ao processo, facilitando a constituição de indivíduos pró-ativos, criativos e inovadores.

Quando os ACS opinaram acerca do que considerariam ser um tratamento adequado para o usuário de álcool e outras drogas, não demonstraram conhecimento acerca da RAPS. Defenderam-se formas de acolhimento da demanda que vão de encontro à proposta da RD, bem como uma falta de conhecimento do serviço que é prestado pelos dispositivos de atenção ao usuário de álcool e drogas na rede (MELO, ASSUNÇÃO e VECCHIA, 2016, p. 61-62).

Dessa forma, compreende-se a importância do conhecimento sobre os serviços disponíveis na RAPS, bem como informações quanto ao funcionamento, perfil da clientela, fluxo de cuidado e profissionais envolvidos nos casos para realização da referência e contra-referência com responsabilização e o devido acompanhamento. Além de existir a necessidade de ampliação do diálogo a respeito da diretriz da redução de danos, ideologia que evita a exclusão social e prioriza a oferta do cuidado dentro do território.

Esses dados revelam que existem muitos entraves a serem superados para a implantação de uma política de saúde mental na atenção básica de qualidade e apresentando resolutividade como foi idealizada na reforma psiquiátrica brasileira.

Contudo, evidencia-se como de suma importância a empatia na relação com as pessoas, para a aceitação das diferenças no cuidado em saúde mental.

5 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÕES VOLTADAS ÀS PESSOAS EM USO ABUSIVO DE DROGAS NA ATENÇÃO BÁSICA.

Perante as dificuldades apresentadas, verifica-se a relevância de sugerir intervenções exitosas que visem contribuir para efetivação da política sobre drogas na atenção básica. Dentre elas, pode-se citar o acolhimento, o suportematricial e o artifício da redução de danos. Essas estratégias são fundamentais para um cuidado integral na assistência às pessoas que fazem uso de drogas na atenção básica. Conforme Brasil (2013), o acolhimento é uma ferramenta de escuta às pessoas, importante nas práticas de saúde mental presente na atenção básica, visto que proporciona a ressignificação dos sintomas e sofrimentos psíquicos.

De acordo com Gazignato e Silva (2014), pode-se dizer que como as questões de saúde mental são complexas e multifatoriais, para obter resultados efetivos é necessário o exercício permanente do trabalho em rede. Neste contexto, entende-se que o matriciamento é um dispositivo importante para a reflexão e corresponsabilização dos atores envolvidos nos casos de saúde mental. O matriciamento pode ser definido como um arranjo organizacional para suporte técnico em áreas específicas buscando aumentar a abrangência das ações praticadas pelas equipes de saúde.

Nesse contexto, depreende-se a importância do apoio matricial para potencialização das ações ofertadas na atenção básica. Geralmente, essa ferramenta é utilizada entre equipes multiprofissionais em nível especializado para as equipes de referência, bem como pode ocorrer na transmissão de informações entre a própria equipe. Dessa forma, amplia-se a compreensão sobre as intervenções com relação aos casos, facilitando a autonomia e empoderamento dos profissionais envolvidos, que conseqüentemente devem multiplicar as informações entre os comunitários.

Vale salientar que a adesão de núcleos ampliados de saúde da família - NASF/AB pelos municípios é um dispositivo que produz muitos resultados para

atuação da saúde da família, pois se trata da contratação de equipes multiprofissionais que se responsabilizam junto com as equipes de saúde da família pelo cuidado ofertado à população. O NASF- AB trabalha através de três vertentes: clínico, sanitário e pedagógico (BRASIL, 2017).

Com base nesse ponto, refere-se que o NASF - AB atua em atendimentos individuais, ações coletivas, dinâmica das equipes, atendimentos domiciliares, apoio matricial, articulação intersetorial, educação em saúde, protagonismo social, entre outras atividades. Nesse sentido, é fundamental entender que o NASF - AB baseia seu trabalho em alguns conceitos e ferramentas, tais como: vínculo, corresponsabilização, escuta qualificada, acolhimento, apoio matricial, clínica ampliada, projeto terapêutico singular, projeto saúde no território, genograma, ecomapa, entre outros (BRASIL, 2013).

É correto afirmar que a atuação em conformidade com a ferramenta da redução de danos tem se mostrado eficiente enquanto estratégia para oferta de cuidado às pessoas que utilizam drogas, pois eleger como prioridade o respeito à dignidade da pessoa humana, considerando a singularidade de cada indivíduo e visualiza todas as pessoas como sujeitos de direitos. Por exemplo, o programa de redução de danos em conexão com a saúde da família tem por finalidade efetuar atividades de educação em saúde, através da entrega de publicações informativas, materiais de prevenção, oficinas de discussões, ações comunitárias, encaminhamentos necessários, articulações intersetoriais, abordagem à família, entre outras ações (BRASIL, 2013).

(...) a proposta da equipe de saúde mental é posicionar-se e atuar dentro dos valores humanos e dos princípios da reforma psiquiátrica e redução de danos, com o intuito de possibilitar espaços de escuta a fim de traçar o caminho possível de acompanhamento a partir dos desejos e escolhas dos sujeitos envolvidos. Conclui-se que a atenção ao usuário de álcool e outras drogas deve se dar a partir de uma rede de cuidados, tendo a redução de danos como estratégia e paradigma orientador para a compreensão do fenômeno do consumo de drogas nas sociedades (CÉZAR, OLIVEIRA, 2017, p. 486).

De fato, um dos principais progressos realizados pela política de saúde mental brasileira no que se refere ao uso de substâncias psicoativas foi a implantação da política de redução de danos, sobretudo quando a incluiu no rol de competências da atenção básica.

Isso se deve ao fato de que a redução de danos intervém através das tecnologias leves e relacionais como acolhimento empático, vínculo e aliança terapêutica para buscar proporcionar melhor qualidade de vida, evitando a normatização dos comportamentos, respeitando as escolhas e os desejos.

Outra técnica interessante implantada na atenção básica é o acolhimento à demanda espontânea que se constitui pelo espaço de escuta oportunizado pelos profissionais de saúde. Tendo como objetivo essa aproximação da população através da estratificação de risco e busca maior resolutividade pela singularização de cada caso.

Para que o acolhimento ocorra a contento, é significativo que os profissionais ampliem a postura acolhedora e empática no encontro com seu usuário, devendo expandir sua percepção acerca de cada fenômeno mencionado e suas repercussões na vida da pessoa e da comunidade em que vive e se relaciona (BRASIL, 2011).

Conforme verificado por Brasil (2013), o acolhimento é um arranjo organizativo idealizado para aproximar e vincular as equipes e seus comunitários. Trata-se inegavelmente de uma forma de reorganização do trabalho das equipes da atenção primária. Seria um erro, porém, atribuir ao acolhimento todas as expectativas quanto ao acesso à saúde.

Diante do que foi explicado acima, entende-se que o acolhimento é uma forma encontrada para atendimento a todos que buscam a unidade de saúde por variadas questões sanitárias, tendo como foco as relações estabelecidas. Apresenta-se como uma evolução nas práticas de saúde por considerar o usuário como elemento atuante diretamente no processo saúde-doença. Não sendo configurado por um local específico, mas pela atitude de compartilhamento de saberes, angústias e responsabilidades.

Aponta-se para a necessidade de atenção continuada e do uso da conversa como recurso terapêutico às pessoas com transtornos mentais, uma vez que se faz presente a ideia ampliada do processo saúde – doença. (...) (MELO, ASSUNÇÃO, VECCHIA, 2016, p. 58).

Nesse sentido, depreende-se que o acompanhamento singularizado e o diálogo com o usuário em sofrimento mental e sua família são muito importantes

para a evolução do quadro. Pois é sabido que a escuta e a corresponsabilização dos casos fortalecem a aliança terapêutica, trazendo benefícios a todos os envolvidos. A partir dessa atitude, o usuário entende que existe alguém que se preocupa com ele e está disposto a ajudá-lo, sempre que possível.

Algumas potencialidades do campo da saúde mental que devem ser executadas na atenção básica são as práticas integrativas e complementares em Saúde - PICS e as atividades voltadas à reabilitação psicossocial através de oficinas de geração de renda e cooperativas. Conforme Júnior, 2016, p.99:

modalidades que integram o rol dessas práticas, como as medicina tradicional chinesa, a homeopatia, a medicina antroposófica, além de recursos terapêuticos como a fitoterapia, as práticas corporais e meditativas.

Pode-se dizer que as PICS são inovações implantadas no SUS, visando à diminuição da medicalização e o reconhecimento de novas formas de fazer saúde. Neste contexto, para Frosi e Tesser (2015) fica claro que as PICS buscam aproximar a dimensão física e a psíquica que compõem o ser humano, através de técnicas provenientes da natureza e milenares de cuidado, valorizando assim a sabedoria popular. O mais preocupante, contudo, é constatar que essa metodologia recebe críticas relacionadas aos embates com a hegemonia médica.

Uma explicação possível é que as PICS consideram uma visão holística de cuidado, apresentando grandes benefícios na diminuição dos efeitos adversos decorrentes dos tratamentos realizados pela medicina tradicional e aumentam a satisfação dos usuários. Essas práticas primam pela humanização da assistência, bem como têm como vantagens a utilização de meios terapêuticos simples, baratos, seguros e efetivos.

Outra atividade relevante da saúde mental que pode ter a participação da atenção primária é a reabilitação psicossocial através da fomentação de oficinas para geração de renda na comunidade.

Aponta-se, a despeito de todos os progressos, mudanças de paradigma e práticas implementadas voltadas à reabilitação psicossocial, que a inclusão no mundo do trabalho ainda é uma importante barreira a ser transposta, objetivando alcançar melhores níveis de qualidade de vida e condições mais concretas de inclusão social. (LUSSI, MATSUKURA e HAHN, 2011, p.185).

Esses dados revelam que precisamos estender as formas de ofertar cuidado e autonomia às pessoas, além de ressaltar que apenas o campo da saúde não será suficiente para atender às demandas relativas à complexidade do ser humano. Dessa forma, urge a necessidade de desenvolver a intersetorialidade para a implantação da política sobre drogas.

Por todas essas razões, observa-se que a política de saúde mental voltada às pessoas em uso demasiado de drogas teve algumas alterações com o passar do tempo, porém entende-se que as transformações no olhar do profissional de saúde e da sociedade perpassam a discussão aprofundada sobre a temática, possibilitando que essas evoluções aconteçam rapidamente e com a devida qualidade. Dessa forma, torna-se essencial a participação social e o empoderamento da população para provocar mudanças nesse cenário excludente e marginalizador.

CONSIDERAÇÕES

A evolução do presente estudo mostrou grande relevância nos aspectos pessoais, na qualificação dos profissionais de saúde, na busca de melhoria da qualidade de vida dos usuários da atenção básica e trouxe impacto na comunidade acadêmica por instigar a indagações e discussões pertinentes e emergentes sobre a temática abordada.

De um modo geral, o estudo se propôs a expandir a discussão sobre o conceito e campo da saúde mental articulando com o papel da atenção básica nessa área, bem como apresentou os principais impedimentos encontrados na atenção básica para a efetivação da política sobre drogas e assinalou intervenções possíveis a serem realizadas na atenção básica voltadas às pessoas que fazem uso indiscriminado de drogas.

Diante da exploração feita a partir do diálogo entre as principais teorias utilizadas atualmente, foi possível ampliar a visão sobre saúde mental e traçar caminhos para o aperfeiçoamento das práticas preconizadas através do autoconhecimento e da reflexão debruçados sobre as dinâmicas de trabalho em saúde estabelecidas. Dessa forma, entende-se que os objetivos norteadores da pesquisa foram auferidos satisfatoriamente.

O estudo em destaque utilizou-se da revisão de literatura integrativa para investigar as principais teorias que versam sobre o campo de estudos da saúde mental e o consumo exacerbado de drogas na atenção básica, indicando experiências diversificadas e facilitando o fluxo de ponderações que aperfeiçoaram a visão do pesquisador sobre os instrumentos e conceitos norteadores da prática cotidiana.

Dada à importância do tema abordado verifica-se a importância do desenvolvimento de novas pesquisas no campo da ingestão indiscriminada de drogas e atenção básica, a partir do ponto de vista dos profissionais de saúde, dos usuários e familiares e da gestão da política de saúde mental nas diferentes esferas organizacionais, bem como devem ser feitos investimentos em estudos voltados a levantamentos quantitativos atualizados desse público-alvo e a disseminação de experiências vividas pelos profissionais da assistência.

Por fim, percebe-se que as discussões sobre as ações direcionadas às pessoas que ingerem drogas na atenção primária à saúde não se limitam a esse trabalho, mas que ele motive a participação social sobre essa temática, sendo um instrumento com informações disponíveis a todos e auxilie no reconhecimento desses como cidadãos.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Saúde mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BRASIL. **Acolhimento à demanda espontânea**. Ministério da Saúde.. Brasília, p. 17-20. 2011.

BRASIL. **Caminhos do Cuidado: Caderno do Aluno**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Saúde Mental**. Ministério da Saúde. Brasília. 2013.

BRASIL. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. **Revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica**, Brasília, DF, 21 set 2017. Disponível em: http://www.imprensa nacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/conten

t/id/19308123/do1-2017-09-22-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-de-2017-19308031 Acesso em: 15/01/018.

CÉZAR, M. D. A.; OLIVEIRA, M. A. Redução de danos: uma experiência na atenção básica. **Mental**, p. 486-500, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v11n21/v11n21a12.pdf> Acesso em: 15/01/018.

FROSI, R. V.; TESSER, C. D. Práticas assistenciais em saúde mental na atenção primária à saúde: análise a partir de experiências desenvolvidas em Florianópolis, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 3151-3161, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232015001003151&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 16/01/2018.

GAZIGNATO, E. C. D. S.; SILVA, C. R. D. C. E. Saúde mental na atenção básica: o trabalho em rede e o matriciamento em saúde mental na Estratégia de Saúde da Família. **Saúde Debate**, p. 296-304, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010311042014000200296&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 16/01/2018.

HABIMORAD, P. H. L.; MARTINS, S. T. F. O abuso e dependência de drogas no território: desafios e limites dos Agentes Comunitários de Saúde de uma Unidade de Saúde da Família. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, p. 63-74, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/141053>. Acesso em: 17/01/2018.

JUNIOR, E. T. Práticas integrativas e complementares em saúde ,uma nova eficácia para o SUS. **Estudios avançados**, p. 99-112, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000100099 Acesso em: 17/02/2018.

LUSSI, I. A. D. O.; MATSUKURA, T. S.; HAHN, M. S. Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, p. 185-192, 2011. Disponível em: https://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/75/284a290.pdf Acesso em: 04/03/2018.

MELO, B. C. D. A.; ASSUNÇÃO, J. I. V.; VECCHIA, M. D. Percepções do Cuidado aos Usuários de Drogas por Agentes Comunitários de Saúde. **Psicologia em Pesquisa**, p.57-66, 2016. Disponível em: <https://psicologiaempesquisa.ufjf.emnuvens.com.br/psicologiaempesquisa/article/view/60> Acesso em: 05/05/2018.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. D. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na Saúde e na Enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, p. 758-64, 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-07072008000400018&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 13/09/2018.

OMS. **Relatório Mundial de Saúde - Saúde Mental: Nova Conceção, Nova Esperança**. Ministério da Saúde. Lisboa. 2001. Disponível em: http://www.who.int/whr/2001/en/whr01_djmessage_po.pdf Acesso em: 10/06/2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TRAJANO, M. P.; BERNARDES, S. M.; ZURBA, M. D. C. O cuidado em saúde mental: caminhos possíveis na rede de atenção psicossocial. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 10, p. 20-37, 2018. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/5001/5202> Acesso em: 30/06/2018.